



**Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Superintendência de Tributação  
Coordenação de Consultas Jurídico-Tributárias**

<b>Serviço Público Estadual</b>	
P.S. 04.001.164/2014	
Data: 08/09/2014	
Rubrica: 437908909-5	

**ASSUNTO : DECRETO 38938/06.**

**CONSULTA Nº 032/ 2016**

**I – RELATÓRIO:**

A empresa expõe na inicial o que segue:

A Consulente é indústria fabricante de misturas para bolos caseiros, NCM/SH 1901.90.90 e 1901.20.00.

Nos termos do inciso I do art. 1º do Decreto nº 38938/06, na fase de produção e distribuição fica diferido o ICMS da farinha de trigo classificada na posição 1101.00 da NBM/SH;

O produto da Consulente é composto por 50% de farinha de trigo, logo a consulente entende que pode diferir proporcionalmente o ICMS na saída já que é o componente principal do produto.

Assim, solicita consulta tributária para verificar se o entendimento está correto.

**II- ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO:**

O processo encontra-se instruído com os documentos comprobatórios de pagamento da TSE (fls. **13/15**), cópias reprográficas (fls. **06/12**) que comprovam a habilitação do signatário da petição inicial, para postular em nome da requerente, bem como declaração da Repartição Fiscal informando que a Consulente não se encontra sob ação fiscal nem possui auto de infração lavrado direto ou indiretamente relacionado com o objeto da consulta formulada (**fl. 19**).

**III - PARECER:**

O Decreto nº 38938/06 assim dispõe:

*“Art. 1º - Fica diferido o Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços - ICMS incidente nas fases de produção e distribuição relativamente às seguintes mercadorias:*

*I - trigo em grão classificado na posição 1001.00 da Nomenclatura Brasileira Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH;*

*II - farinha de trigo classificada na posição 1101.00 da Nomenclatura Brasileira Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH;*

*III - mistura pré-preparada de farinha de trigo para panificação, que contenha no mínimo 95% (noventa e cinco por cento) de farinha de trigo, classificada no código 1901.20.00 da Nomenclatura Brasileira Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH, desde que produzida no Estado do Rio de Janeiro;*

*IV - massas alimentícias não cozidas, nem recheadas ou preparadas de outro modo, desde que classificadas na posição 1902.11 ou 1902.19 da NBM/SH, desde que produzidas no Estado do Rio de Janeiro;*



**Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Superintendência de Tributação  
Coordenação de Consultas Jurídico-Tributárias**

<b>Serviço Público Estadual</b>	
P.S. 04.001.164/2014	
Data: 09/09/2014	
Fls.: 39	
Rubrica:	ID 437908909-5

*V - pão francês ou de sal, assim entendido aquele de consumo popular, obtido pela cocção de massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água e sal, que não contenha ingrediente que venha a modificar o seu tipo, característica ou classificação, com o peso de até 1.000 gramas, classificado na posição 1905.90 da NBM/SH, desde que produzido no Estado do Rio de Janeiro;*

*VI - pão de forma classificado na posição 1905.90.10 da NBM/SH, desde que produzido no Estado do Rio de Janeiro;*

*VII - biscoitos e bolachas derivados do trigo, dos tipos "cream cracker", "água e sal", "maisena" e "maria" e outros de consumo popular, desde que cumulativamente:*

- a) - sejam classificados na posição 1905.31 da NBM/SH;*
- b) - não sejam adicionados de cacau, recheados, cobertos ou amanteigados, independentemente de sua denominação comercial;*
- c) - sejam produzidos no Estado do Rio de Janeiro.*

No caso em questão, deve-se ressaltar que o Decreto nº 38938/06, por conceder benefícios fiscais, deve ser interpretada literalmente e restritivamente, visto se tratar de norma excepcional, que afasta a aplicação das regras gerais de pagamento de tributo, conforme determina o art. 111 do Código Tributário Nacional (CTN).

Ademais, o referido Decreto não deixa dúvida sobre quais os produtos estão por ele contemplados. O inciso II contempla a farinha de trigo classificada na posição 1101.00 da NCM/SH e não mistura para bolo classificadas nas posições 1901.90.90 e 1901.20.00.

Assim sendo, está equivocado o entendimento da Consulente quanto a aplicação do benefício do inciso II do art. 1º do Decreto nº 38938/16 ao seu produto.

Fique a consulente ciente de que esta consulta perderá automaticamente a sua eficácia normativa em caso de mudança de entendimento por parte da Administração Tributária, ou seja editada norma superveniente dispondo de forma contrária.

**C.C.J.T., em 11 de agosto de 2025**